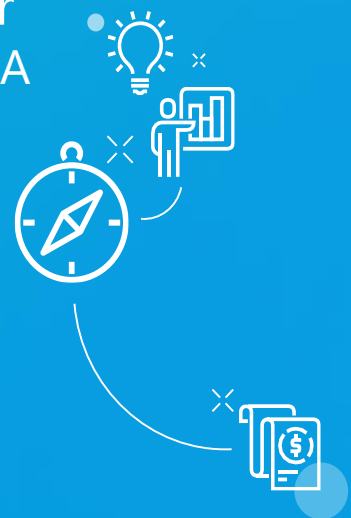


Ordenamento pesqueiro de espécies ornamentais

Eng. Felipe Weber
Assessor técnico ABLA



ABLA QUARIOFILIA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOJAS DE AQUARIOFILIA



População Pet Brasil e Mundo

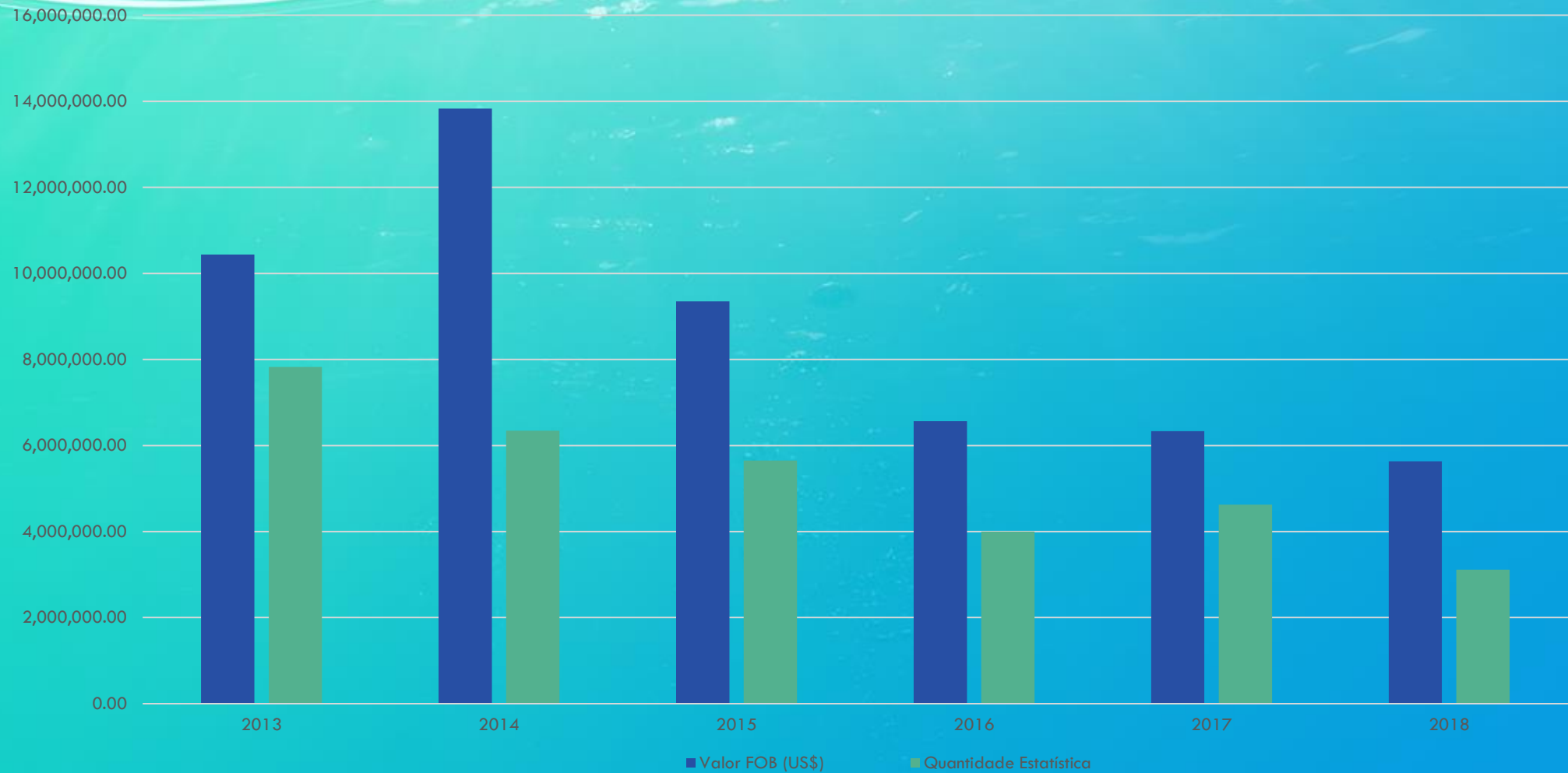
CENÁRIO BRASIL



CENÁRIO MUNDIAL



Exportações de Organismos Aquáticos Ornamentais



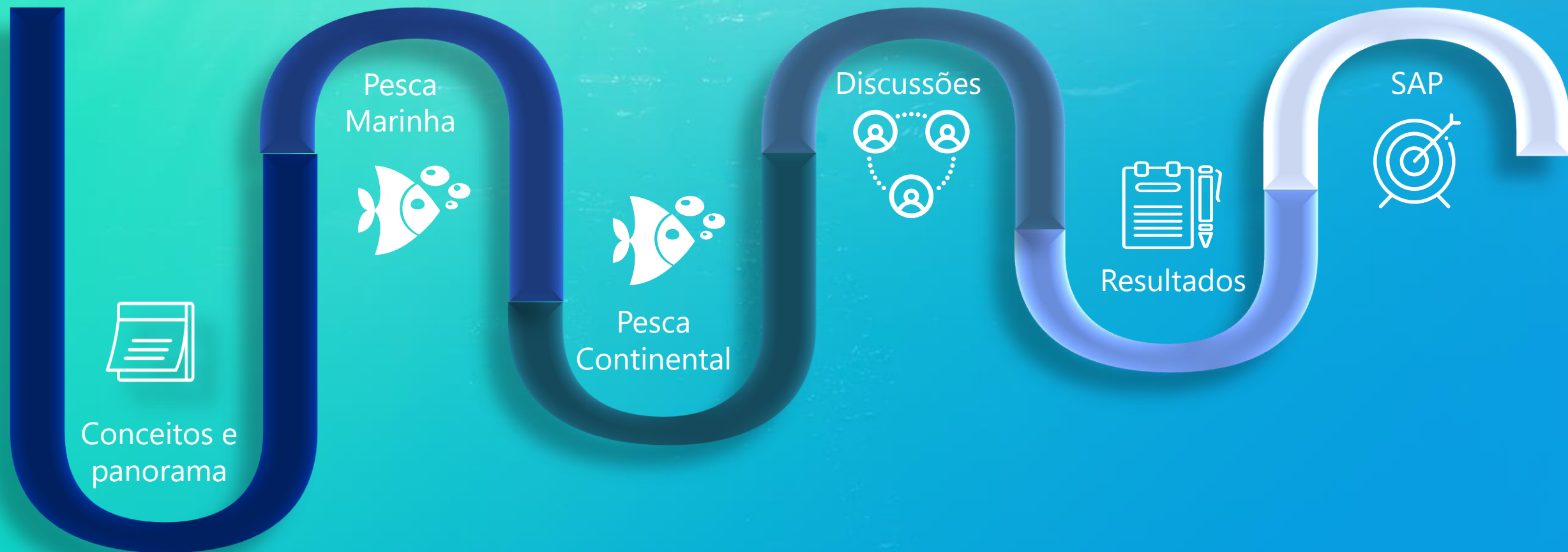
*Fonte: Alice Web - Siscomex –
Janeiro de 2019*

Valor Médio das Espécies Ornamentais Exportadas



Fonte: Alice Web - Siscomex –
Janeiro de 2019

Metodologia



Lei nº 11.959/2009

Art. 2º

*I – **recursos pesqueiros**: os animais e os vegetais hidróbios passíveis de exploração, estudo ou pesquisa pela pesca amadora, de subsistência, científica, comercial e pela aquicultura.*

*XII – **ordenamento pesqueiro**: o conjunto de normas e ações que permitem administrar a atividade pesqueira, com base no conhecimento atualizado dos seus componentes biológico-pesqueiros, ecossistêmico, econômicos e sociais.*

Ordenamento Pesqueiro



Finalidade

Ornamental

Alimentar



Evolução Normativa



Aruanã



Para fins ornamentais
US\$ 200,00/unidade

Para fins alimentares Brasil
US\$ 2,00/kg

Jaraqui



Para fins ornamentais
US\$ 5,00/unidade
mercado exterior

Para fins alimentares
R\$ 0,30/kg

Espécies mais cultivadas





*Quais motivos
levaram a
priorização do
comércio de
espécies exóticas?*

Motivos



Incentivo a pesquisa com espécies nacionais

- ✓ Falta de editais direcionados
- ✓ Critérios de avaliação de desclassificam os peixes ornamentais



Dificuldades em adquirir espécies oriundas do extrativismo

- ✓ Empresas aéreas não preconizam transporte de peixes ornamentais



Lei Kandir

- ✓ Destina as espécies nacionais para o mercado de exportação
- ✓ Demanda internacional de peixes com qualidade maior que a oferta, faltando produtos



Dificuldades em adquirir matrizes

- ✓ Inexistência de mecanismos normativos para liberação de matrizes ameaçadas

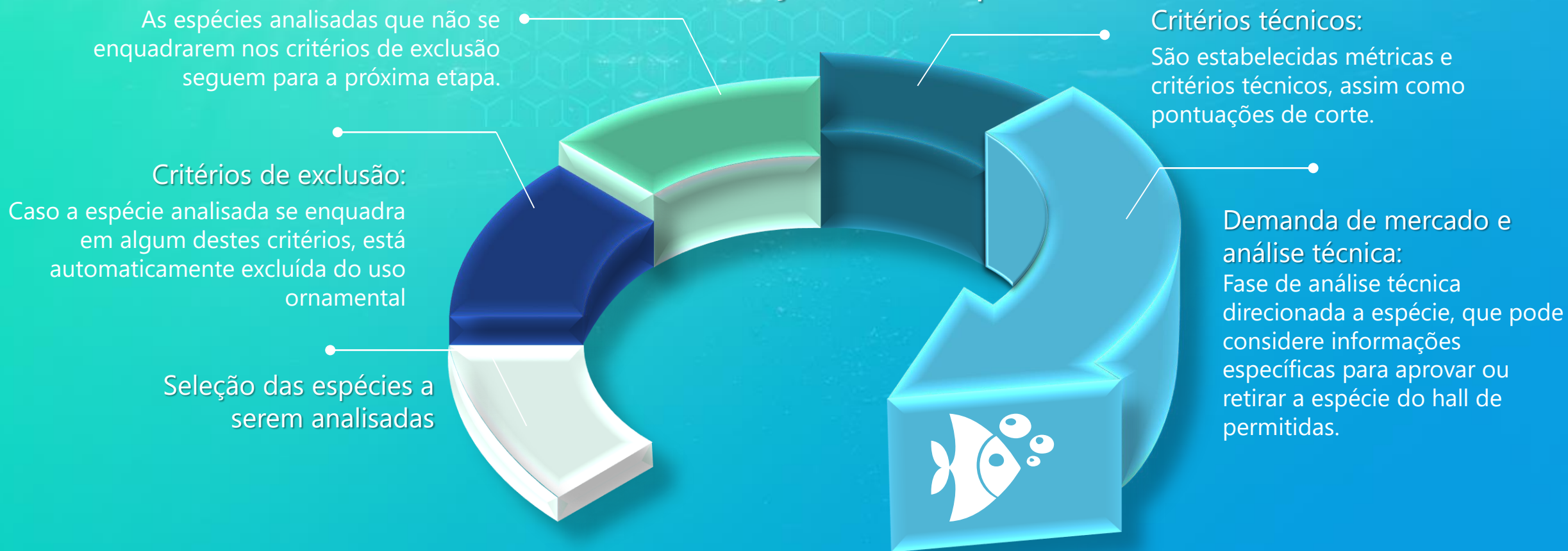
Matriz de Critérios



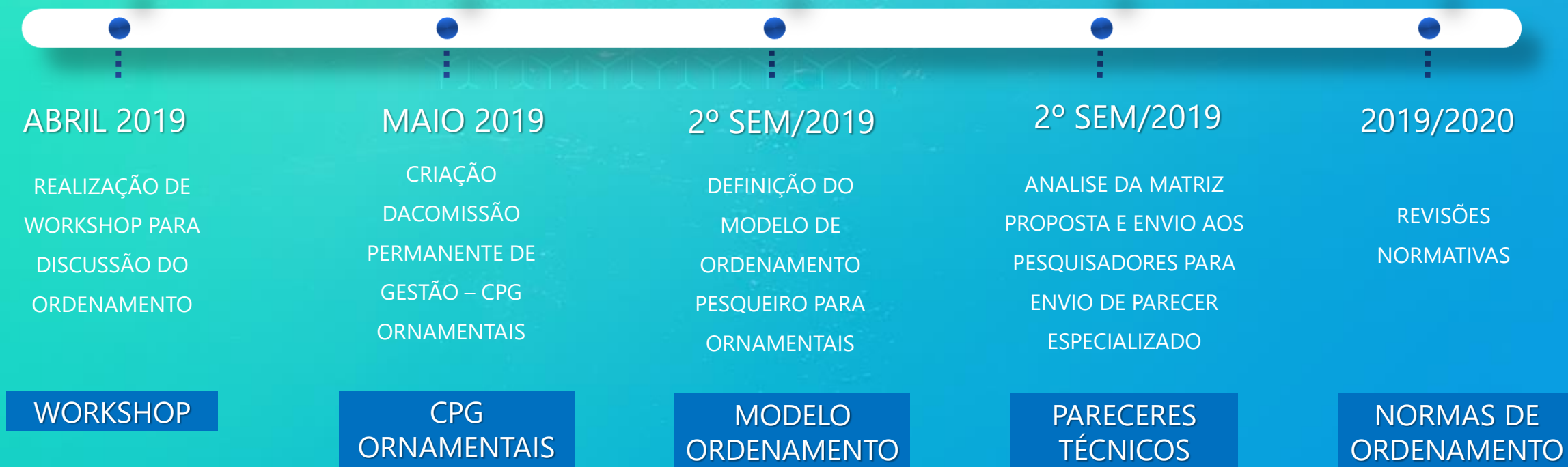
Foram definidos critérios de avaliação do uso de espécies marinhas e continentais para fins de uso de ornamentação e de aquariofilia, sendo estes divididos em três diferentes fases de avaliação.

Matriz Ponderada

Análise das espécies com fins de ornamentação e de Aquariofilia



Previsão de Cronograma



Resultados

Brasília, 30 de abril de 2019.

PARECER TÉCNICO CONJUNTO

Assunto: Ordenamento Pesqueiro dos Organismos Aquáticos com fins de Ornamentação e de aquariofilia.

I. CONSIDERANDOS E BASE LEGAL:

Atualmente, a Lei nº11.959/2009 dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, tratando os recursos pesqueiros sem distinção da finalidade, não estabelecendo qualquer direcionamento com relação ao modelo de ordenamento pesqueiro que se deve seguir quando com fins de ornamentação e de aquariofilia. Cabe esclarecer que, atualmente, o modelo de ordenamento pesqueiro para fins alimentares e com fins de ornamentação e de aquariofilia são antagônicos, sendo adotados os seguintes modelos:

- Para pesca com fins alimentares: modelo negativista, onde não podem ser capturadas as espécies consideradas ameaçadas de extinção, respeitados os períodos de defeso, tamanho mínimo de captura e as áreas de preservação; e
- Para pesca com fins de ornamentação e de aquariofilia: modelo positivista, onde somente podem ser capturadas as espécies contantes em uma lista determinada através de ato normativo, excluídas as espécies ameaçadas de extinção, e respeitados os períodos de defeso, e as áreas de preservação.

Foram objetos da discussão realizada com os pesquisadores participantes do Workshop de Ordenamento Pesqueiro para o Comércio de espécies de Organismos Aquáticos com fins de Ornamentação e de Aquariofilia os atos normativos atualmente vigentes que regem o comércio deste grupo de espécies no Brasil:

- INI MPA/MMA nº01, de 03 de janeiro de 2012 (Processo IBAMA/Sede no 02001.002681/2004-06): Estabelece normas, critérios e padrões para a exploração de peixes nativos ou exóticos de águas continentais com finalidade ornamental ou de aquariofilia.
- IN IBAMA nº202, de 22 de outubro de 2008 (Processo IBAMA/Sede nº 02001.003010/2003-73): Dispõe sobre normas, critérios e padrões para a exploração com finalidade ornamental e de aquariofilia de peixes nativos ou exóticos de águas marinhas e estuarinas.

Cabe esclarecer que, com o advento da MPV nº870, de 01 de janeiro de 2019, a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios prevê a competência exclusiva da gestão do ordenamento pesqueiro ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA.

- b. implementação de programa de manejo com base nos dados obtidos no monitoramento, no término do quinto ano.

- ✓ Que a lista das espécies com restrição de captura seja disponibilizada no seu website, para conferir dinamismo a essa lista.

Recomenda-se ainda ao Ministério do Meio Ambiente, que regulamentem dispositivos normativos permitindo a captura de matrizes para formação ou reposição de plantel das espécies ameaçadas de extinção para fins de aquicultura.

MÔNICA YUMI TSUZUKI
UFSC

JOÃO LUIZ GASPARINI
UFES

MIGUEL MIES
USP

LUIZ TENCATT
UEMS

ROBERTO REIS
PUCRS

PAULO MÁRIO CARVALHO DE FARIA
UFRN

JANSEN ZUANON
INPA

JOSÉ RENATO DE OLIVEIRA CESAR
UFC

RICARDO VIEIRA RODRIGUES
FURG

LEANDRO SOUSA
UFPA

ANDRÉ NETTO FERREIRA
UFRGS

CLAYTON FUKAKUSA
UFRRS

MARIA INÊS MUNARI BALSAN
PROJETO PIABA

FABRICIO REZENDE
EMBRAPA



ABLA QUARIOFILIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LOJAS DE AQUARIOFILIA